

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/059

Aos Administradores da
FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira

Contadora CRC MG - 079.371/O-6

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**PROJETO FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA - CNPJ 11.333.200/0001-82**

Balço patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixas e equivalentes de caixa	3	44.095	46.191	Provisões de férias e encargos	5	12.741	11.902
Adiantamentos		3.354	1.813	DFC's a repassar	6	15.196	16.643
Despesas antecipadas		358	406				
Total do ativo circulante		47.807	48.410	Total do passivo circulante		27.937	28.545
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	4	106.175	113.522	Patrimônio social	7	133.387	119.562
				Superávit/Déficit acumulado		(7.342)	13.825
Total do ativo não circulante		106.175	113.522	Total do patrimônio líquido		126.045	133.387
TOTAL DO ATIVO		153.982	161.932	TOTAL DO PASSIVO		153.982	161.932

QUADRO 2**PROJETO FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA - CNPJ 11.333.200/0001-82**

Demonstração do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações do Child Fund Brasil	8	457.157	558.596
Ajudas Especiais do Child Fund Brasil	8	-	-
Subvenção e doações públicas	8	15.000	64.800
Isenção de tributos - INSS	11	40.560	45.557
Doações	8	37.252	24.227
Serviços voluntários	13	4.189	3.929
Receitas financeiras		275	517
Outras receitas		3.889	12.020
		558.322	709.646
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e encargos		(166.673)	(177.437)
Despesas com materiais para os programas		(203.092)	(236.032)
Serviços de terceiros		(125.338)	(207.074)
Despesas gerais		(889)	(1.714)
Contribuições sociais - quota isenta - INSS	11	(40.560)	(45.557)
Despesas com depreciação		(19.814)	(19.404)
Despesas com manutenção		-	-
Despesas financeiras		(5.109)	(3.191)
Doações		-	-
Serviços voluntários	13	(4.189)	(3.929)
Resultado na baixa de bens do imobilizado		-	(1.483)
		(565.664)	(695.821)
Superávit/déficit do exercício		(7.342)	13.825

QUADRO 3**PROJETO FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA - CNPJ 11.333.200/0001-82**

Demonstração das mutações do patrimônio social em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

Descrição	Patrimônio Social	Reservas	Superávit (déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	315.682	-	(196.120)	119.562
Incorporado ao patrimônio social	(196.120)	-	196.120	-
Superávit/Déficit do exercício	-	-	13.825	13.825
Saldos em 31 de dezembro de 2017	119.562	-	13.825	133.387
Incorporado ao patrimônio social	13.825	-	(13.825)	-
Superávit/Déficit do exercício	-	-	(7.342)	(7.342)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	133.387	-	(7.342)	126.045

QUADRO 4**PROJETO FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA - CNPJ 11.333.200/0001-82**

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do exercício	(7.342)	13.825
Ajustes		
Depreciação e amortização	19.814	19.404
Baixa do ativo imobilizado	-	5.078
	<u>12.472</u>	<u>38.307</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Despesas antecipadas	48	80
Adiantamentos	(1.541)	(87)
	<u>(1.493)</u>	<u>(7)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Provisões de férias e encargos	839	2.043
DFC's a repassar	(1.447)	15.122
Outras exigibilidades	-	(2.835)
	<u>(608)</u>	<u>14.330</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>10.371</u>	<u>52.630</u>
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(12.467)	(13.642)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(12.467)</u>	<u>(13.642)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.096)</u>	<u>38.988</u>
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.191	7.203
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	44.095	46.191
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa.	<u><u>(2.096)</u></u>	<u><u>38.988</u></u>

PROJETO FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA CNPJ 11.333.200/0001-82

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE

A Frente Beneficente Para Criança (“Entidade”) é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, regida por estatuto social e legislação aplicável. Tem por finalidade a educação infantil, e a prestação de serviço de assistência social. Atua na área de assistência social as famílias do Bairro Aerolândia, no Município de Fortaleza – CE.

A Entidade é mantida pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e de doações especiais de grupos de pessoas e empresas. É administrada por uma diretoria eleita, por um Conselho Fiscal com o mandato de 03 (três) anos, formado por membros da comunidade.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas. A Entidade esta sujeita ainda à norma NBC ITG 2002.

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado.

e. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	43	259
Bancos	34.133	39.841
Aplicações financeiras	9.919	6.091
Total	<u>44.095</u>	<u>46.191</u>

As aplicações financeiras referem-se a caderneta de Poupança e Aplicações de Renda Fixa, atualizadas pelos índices oficiais.

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>Taxa de depreciação ao ano %</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Terrenos			
Edificações	4%	40.694	40.694
Máquinas e equipamentos	10%	57.740	55.973
Móveis e utensílios	10%	75.357	75.307
Equipamentos de informática	20%	53.974	43.324
		<u>227.765</u>	<u>215.298</u>
Depreciação acumulada		<u>(121.590)</u>	<u>(101.776)</u>
		<u>106.175</u>	<u>113.522</u>

A Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do ativo imobilizado durante 2018 e 2017 é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2017</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf./A justes</u>	<u>Saldo em 31.12.2018</u>
Bens						
Computadores e periféricos	20%	43.324	-	10.649	-	53.973
Máquinas e equipamentos	10%	55.973	-	1.768	-	57.741
Móveis e utensílios	10%	75.307	-	50	-	75.357
Edificações	4%	40.694	-	-	-	40.694
	Total Bens	215.298	-	12.467	-	227.765
Depreciação						
Computadores e periféricos		(25.271)	-	(6.161)	-	(31.432)
Máquinas e equipamentos		(23.374)	-	(5.313)	-	(28.687)
Móveis e utensílios		(25.866)	-	(6.712)	-	(32.578)
Edificações		(27.265)	-	(1.628)	-	(28.893)
	Total Depreciação	(101.776)	-	(19.814)	-	(121.590)
	Total da conta	113.522	-	(7.347)	-	106.175

5. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para férias	11.689	10.919
FGTS sobre férias	935	874
PIS sobre férias	117	109
	12.741	11.902

6. DFC'S (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	16.643	1.521
DFC's recebidos destinados às Crianças	83.300	103.398
DFC's repassados às Crianças	(84.747)	(88.276)
Saldo ao final do exercício	15.196	16.643

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávit/Déficit acumulado” e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2018, foi aprovada pela administração a incorporação do superávit no montante de R\$ 13.825 referente ao resultado apurado em 2017. O déficit apurado em 2018 no valor de R\$ 7.342 será objeto de provação para incorporação no exercício seguinte.

8. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídio do ChildFund Brasil	457.157	558.596
Outras Receitas	37.252	24.227
Convênios STDS e SETRA	15.000	64.800
	<u>509.409</u>	<u>647.623</u>

9. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas de forma segregada por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais - INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 8242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, a Entidade, no ano de 2018, concedeu gratuidades no montante de R\$ 505.290 (R\$ 634.375 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas operacionais	565.664	695.821
Isenção de INSS	(40.560)	(45.557)
Despesas com depreciação	(19.814)	(19.404)
Gratuidades	<u>505.290</u>	<u>630.860</u>

10. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade mantinha cobertura de seguros para os seus bens em montante considerado pela administração suficiente para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

11. ISENÇÕES DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais, usufruídas no ano de 2018, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de resultado e totalizou R\$ 40.560 (R\$ 45.557 em 2017).

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

13. TRABALHO VOLUNTARIADO

São basicamente divididos em dois grupos, Governança, e Grupos de trabalho. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os demais voluntários. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e grupo de trabalho foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Governança

Descrição	2018	2017
Quantidade de horas	180,50	169,28
Valor h/h	23,21	23,21
Valor total - R\$	4.189	3.929

Grupo de trabalho

Descrição	2018	2017
Quantidade de horas	0	0
Valor h/h	4,58	4,58
Valor total - R\$	0	0

Total	4.189	3.929
--------------	--------------	--------------

Para fins de comparabilidade foram incluídos os valores correspondentes ao exercício anterior sem, no entanto, afetar o resultado e o patrimônio líquido uma vez que a contrapartida do lançamento das Despesas de trabalhos voluntários foi Receitas de trabalhos voluntários.

* * * * *